



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CONSTITUÍDA COM BASE
NA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 136/17, PARA INVESTIGAR E
APURAR AS DENÚNCIAS QUE RECAEM SOBRE A EMPRESA PBH ATIVOS S/A,
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Às 15h10min do dia 23/5/17, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Gilson Reis e com a presença dos vereadores Pedro Patrus, Wellington Magalhães, Professor Wendel Mesquita, Mateus Simões, Irlan Melo e Jair di Gregório - suplente do vereador Irlan Melo, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - constituída com base na aprovação do Requerimento nº 136/17, de autoria dos vereadores Wellington Magalhães, Arnaldo Godoy, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Carlos Henrique, Cida Falabella, Edmar Branco, Elvis Côrtes, Gabriel, Gilson Reis, Juliano Lopes, Léo Burguês de Castro, Mateus Simões, Pedrão do Depósito, Pedro Bueno, Pedro Patrus e Reinaldo Gomes. Registre-se a presença do vereador Jorge Santos. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Constava da ORDEM DOS TRABALHOS a apresentação da proposta de plano de trabalho da CPI. O presidente deu ciência do recebimento do “Ofício nº 158/17, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, informando que esta defensoria ajuizou uma Ação Civil Pública de nº 5169812-84.2016.8.13.0024 questionando a transferência de recursos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - para o reembolso com o Programa de Drenagem Urbana e Saneamento em Belo Horizonte – Drenurbs - para a PBH Ativos S/A e se colocando à disposição para o envio das peças processuais por meio eletrônico, caso a Comissão não consiga visualizar no site do Tribunal de Justiça.” O vereador Pedro Patrus disse que verificou o *site* da PBH Ativos S/A, onde consta o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

agendamento de visitas de vereadores dessa comissão à empresa. Solicitou que, se houver alguma visita de vereadores dessa comissão à PBH Ativos S/A, que seja feita em conjunto e não individualmente. Ressaltou ter elaborado um plano de trabalho em relação à emissão de debêntures pela PBH Ativos S/A e protocolou requerimentos que poderiam ser apreciados nesta reunião. O presidente disse que seria definido o plano de trabalho, os objetivos. Salientou que o vereador Irlan Melo elencou alguns requerimentos em sua proposta de trabalho, os quais poderiam ser apreciados na próxima reunião. O vereador Irlan Melo disse que não se sentiria confortável em ir à PBH Ativos S/A. Falou que foi convidado e não foi, mas estaria disponível a ir com a comissão. Informou que elaborou um plano de trabalho que tem em seu conteúdo alguns requerimentos, que poderiam ser apreciados na próxima reunião. Entregou uma cópia do seu plano de trabalho para os demais membros da comissão. Solicitou que todos o leiam e apresentem sugestões para que possam apreciá-lo na próxima reunião, bem como os requerimentos. O vereador Mateus Simões disse que esteve na PBH Ativos S/A antes da formação da CPI e defendeu que a empresa é que deveria vir a essa comissão. Falou que fez uma leitura do plano de trabalho e que gostaria de incluir a oitiva da BGT Pactual, pois o ponto que mais o incomoda é o da emissão de debêntures. Ressaltou que deve ser estabelecido o cronograma de trabalho e sua ordem. Para ele, as oitivas não podem ficar muito para o final. O vereador Professor Wendel Mesquita afirmou que não visitou a PBH Ativos S/A. O vereador Pedro Patrus disse que há nome de vereadores agendados para visitar a PBH Ativos S/A e sugeriu que retirassem seus nomes. Externou sua preocupação com o tempo de duração desta CPI e cobrou que o plano de trabalho e os requerimentos fossem apreciados nessa reunião. Sugeriu que solicitassem ao presidente da Casa a contratação de uma assessoria para auxiliar os trabalhos. O vereador Wellington Magalhães disse que também foi convidado para ir à PBH Ativos S/A, mas que não foi. Defendeu celeridade nos trabalhos desta CPI. O vereador Jair di



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gregório observou que não foi comunicado da reunião de eleição do presidente e do relator desta CPI. Solicitou que ele e os demais membros suplentes também sejam comunicados das próximas reuniões. Pediu acesso a todo o material da CPI. Frisou que deve haver uma investigação bem feita e com a participação de todos os membros da CPI. O presidente informou que esta CPI teria duração de 120 dias, podendo ser prorrogada por mais 60 dias, e desejou que os trabalhos sejam tranquilos, democráticos, com a participação de todos e sem atropelos. Disse que deveriam estabelecer a estruturação física e orgânica desta CPI. Defendeu a elaboração de um cronograma na próxima reunião, quando também poderiam ser apresentados e apreciados os requerimentos. O vereador Irlan Melo sugeriu que apreciassem nesta reunião o plano de trabalho elaborado por ele, bem como os requerimentos contidos nele, e os do presidente e do vereador Pedro Patrus. Este sugeriu que aprovassem o plano de trabalho nesta reunião e os requerimentos na próxima reunião. O presidente sugeriu que o vereador Irlan Melo juntasse ao plano de trabalho dele o seu para apreciação na próxima reunião. O vereador Irlan Melo disse que não haveria problema em juntar o plano de trabalho elaborado pelo presidente ao seu, desde que o plano fosse considerado de sua autoria, pois seria essa sua função como relator. O vereador Professor Wendel Mesquita concordou com a união dos dois planos de trabalho e a apreciação do texto resultante, dos requerimentos e do cronograma na próxima reunião. O presidente explicou ao vereador Mateus Simões que foi definido na reunião anterior que haveria uma relatoria, a cargo do vereador Irlan Melo, e uma sub-relatoria para a questão das debêntures, que ficaria a cargo do vereador Pedro Patrus, e que, se necessário, poderiam ser criadas novas sub-relatorias temáticas. O vereador Pedro Patrus observou que o nome seria relatoria temática e não sub-relatoria. Defendeu que sejam criadas outras relatorias temáticas além da relativa às debêntures. Falou que teria uma proposta de desenvolver seu plano de trabalho nos seguintes eixos: operação de crédito e emissão de debêntures,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

regularidade das obras em parceria público-privada, transferência dos imóveis da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - para a PBH Ativos S/A, contratação de empregados pela PBH Ativos S/A e sua política de remuneração, além da legalidade das operações práticas pela PBH Ativos S/A e sua criação e atuação no mercado. Disse que esses eixos poderiam originar outras relatorias temáticas. O presidente falou que, conforme informação da assessoria da comissão, o correto seria sub-relatoria. Ressaltou que colocaria em votação a proposta de apreciação do plano de trabalho, dos requerimentos e do cronograma na próxima reunião. Informou que a sub-relatoria das debêntures já havia sido aprovada na reunião anterior. Observou que, se for necessário, a criação de outras sub-relatorias serão incluídas no plano de trabalho a ser apreciado na próxima reunião. O vereador Professor Wendel Mesquita frisou que, conforme informação da assessoria da comissão, não existiria sub-relatoria nem relatoria temática. O vereador Irlan Melo solicitou que o presidente e o vereador Pedro Patrus enviem a ele o arquivo eletrônico para facilitar as devidas inclusões no seu plano de trabalho. Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, que seriam apreciados, na próxima reunião, o plano de trabalho, os requerimentos e o cronograma de atividades. O presidente ressaltou que solicitaria reunião dessa comissão com o presidente da Casa. Deliberou-se que as reuniões da CPI seriam realizadas às segundas-feiras, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes. O presidente sugeriu que solicitassem a inclusão de um *link* sobre os trabalhos desta CPI na página da Casa na *internet*, onde todos possam ter acesso. Em seguida, o presidente apresentou requerimento com o seguinte teor: “Envio de ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar as denúncias que recaem sobre a empresa PBH Ativos S.A. ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte solicitando apoio institucional para plena realização dos trabalhos da CPI, em especial: 1 - Consultoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte para acompanhar a Comissão Parlamentar de Inquérito; 2 - Contratação temporária de especialistas e profissionais



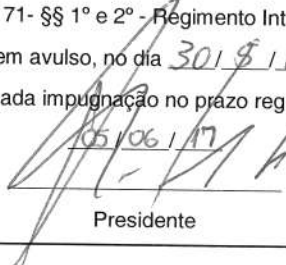
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

capacitados para acompanhar a Comissão Parlamentar de Inquérito.” O vereador Wellington Magalhães questionou se seria possível essa contratação e caso não seja que fosse disponibilizado um corpo técnico da Casa. O vereador Pedro Patrus falou que poderiam, por exemplo, fazer um convênio com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade, o requerimento. O presidente perguntou se a comissão apreciaria a inclusão das sub-relatorias sugeridas pelo vereador Pedro Patrus no plano de trabalho ou se manteria apenas a relatoria geral, com a sub-relatoria das debêntures. O vereador Mateus Simões observou que o tema das debêntures seria tecnicamente o mais complexo e financeiramente o mais custoso, o que, para ele, exigiria uma relatoria separada. Então, frisou ele, seria viável manter apenas uma relatoria temática, a das debêntures. O vereador Professor Wendel Mesquita concordou com o vereador Mateus Simões. O vereador Pedro Patrus falou que outras questões importantes também poderiam ter relatorias temáticas, como as relacionadas à Copasa, às parcerias público-privadas e ao Drenurbs. O vereador Mateus Simões falou que poderiam ser contemplados na proposta de trabalho final os eixos temáticos sugeridos e, se necessário, seriam criadas outras relatorias temáticas. O vereador Irlan Melo observou que toda contribuição seria importante. Salientou que não se opôs à relatoria temática das debêntures solicitada pelo vereador Pedro Patrus e que se forem necessárias outras relatorias temáticas durante os trabalhos da CPI não haveria problema. Afirmou que teria capacidade de elaborar o relatório de todo o processo, observando que já se inteirou de tudo. Ressaltou que, a princípio, a única relatoria temática necessária seria a das debêntures e que estaria apto a fazer o relatório final no momento oportuno. O presidente salientou que, conforme acordo, manteriam então a decisão da reunião anterior de haver um relator geral e um relator temático para as debêntures e, se necessário, definiriam outras relatorias temáticas. O presidente sugeriu que os requerimentos sejam encaminhados à assessoria da comissão com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

antecedência para que possam fazer uma triagem. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 16h25min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for dada por aprovada, caso não seja impugnada no prazo regimental.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>30/5/17</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>05/06/17</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
--